

CANDIDATURAS

Candidaturas ao PARES

Vai decorrer de **4 a 31 de Março de 2008** o período de apresentação de candidaturas ao Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES). Só serão elegíveis as candidaturas de projectos que se situem nos concelhos das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto para a resposta social Creche.

Dotação Orçamental: 22.300.000 €

Critérios de avaliação das candidaturas:

- = Cobertura - 42,0 %
- = Capacidade - 35,0 %
- = Prioridade social - 11,5 %
- = Inserção - 11,5 %



<http://www.dre.pt/pdf2sdip/2008/02/040000001/0000200003.pdf>

Direitos Humanos – igualdade de direitos

Encontra-se aberto, entre **25 de Fevereiro e 15 de Maio**, o concurso público para a apresentação de candidaturas ao Projecto "Direitos Humanos – Igualdade de Direitos. As organizações não governamentais pela promoção da cidadania e de novas oportunidades na comunidade" no âmbito do Fundo ONG do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu.

Entidade Intermediária de Gestão: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

O Projecto visa promover a cidadania activa e aumentar o impacto das organizações da sociedade civil na comunidade, através do financiamento de pequenos projectos desenvolvidos por Organizações Não Governamentais (isoladamente ou em parceria).

Áreas prioritárias

- Promoção dos Direitos Humanos e Reforço da Cidadania;
- Participação Social e Cívica das Pessoas Jovens na Comunidade;
- Empreendedorismo e Empregabilidade de mulheres, imigrantes e pessoas com deficiência.

Elegibilidade

São elegíveis as ONG e outras entidades sem fins lucrativos legalmente constituídas em Portugal, em cujos objectivos estatutários e actividade se incluam, nomeadamente, a promoção dos Direitos Humanos, Cidadania e Igualdade de Género.

O Montante financiamento: 1.019.165€;

Montante por projecto: 250.000€ (máximo) € 40.000 (mínimo);

Taxa de financiamento: 85%.



<http://www.cig.gov.pt/>

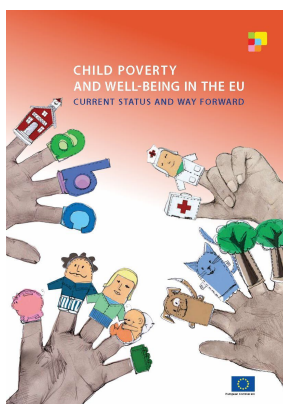


Pobreza infantil e bem-estar infantil na UE

Na União Europeia uma em cada cinco crianças vive num agregado pobre e, na maioria dos países, encontram-se mais expostas aos riscos da pobreza do que o resto da população.

O relatório identifica os factores predominantes que afectam a pobreza infantil em cada país.

Em Portugal, uma em cada cinco crianças portuguesas está exposta aos riscos da pobreza. Portugal é um dos oito países da Europa onde se registam níveis mais elevados de pobreza infantil. O relatório indica que o risco de pobreza abrange tanto



crianças que vivem com adultos desempregados como as que vivem em agregados que trabalham. Portugal está em segundo lugar na lista de países com maior pobreza infantil.

O presidente da REAPN, Pe. Jardim Moreira referiu numa entrevista ao JornalismoPortoNet que uma parte dos trabalhadores portugueses é pobre, e "não têm como dar condições para educar (...) os seus filhos, isto porque eles próprios não tiveram formação nem qualificação na sua infância". O presidente da REAPN fala em "pobreza hereditária", que é um dos principais problemas mais difíceis de mudar numa sociedade.



http://ec.europa.eu/employment_social/emplweb/news/news_en.cfm?id=369

Relatório conjunto sobre protecção social e inclusão social

O Conselho do Emprego, Política Social, Saúde e Assuntos dos Consumidores e a Comissão Europeia adoptaram, no passado dia 29 de Fevereiro, o Relatório conjunto sobre protecção social e inclusão social (com base na proposta da Comissão de 30 de Janeiro (COM/2008/0042 final). O relatório será agora submetido ao Conselho Europeu da Primavera e dará a conhecer os progressos e desafios na área da protecção e inclusão social aos chefes de Estado e de Governo dos 27 Estados Membros da UE.

PRINCIPAIS MENSAGENS

↻ As políticas sociais e económicas devem apoiar-se mutuamente. É essencial para o desenvolvimento sustentável da Europa prevenir e combater a pobreza e a exclusão social através da modernização da protecção social num contexto de políticas fiscais sólidas, combinando a adequação social com a viabilidade económica.

↻ Embora as reformas dos regimes de pensões estejam bem encaminhadas, é ainda necessário que sejam acompanhadas relativamente ao seu impacto em termos de adequação a exigências futuras, risco de pobreza e sustentabilidade.

↻ Dos 78 milhões de europeus que vivem em risco de pobreza, 19 milhões são crianças.

↻ Se uma criança é pobre, é porque vive num agregado familiar sem emprego com um rendimento insuficiente ou porque os empregos dos pais não são suficientemente remunerados para prevenir ou enfrentar a pobreza. Daí que a execução de estratégias equilibradas e globais de inclusão activa seja um elemento essencial na promoção do bem-estar das crianças e dos jovens.

↻ As políticas sociais têm um impacto decisivo na saúde que, por seu lado, constitui uma determinante fundamental das oportunidades de vida.



http://ec.europa.eu/employment_social/spsi/joint_reports_en.htm#2008

Respostas da Europa às mutações demográficas

No relatório aprovado, no passado dia 21 de Fevereiro, no Parlamento Europeu sobre o futuro demográfico da Europa, os eurodeputados propõem, entre várias medidas, que se reduza quanto antes o recurso às reformas antecipadas, que se prevejam bonificações da reforma em função do número de filhos e que os Estados-Membros lancem acções positivas de apoio aos pais, como, por exemplo, direitos suplementares de reforma ou benefícios fiscais para a criação de creches em empresas.

Na sua intervenção Ilda Figueiredo diz que é urgente mudar de políticas. "Daí a necessidade de substituir a dita Estratégia de Lisboa por uma Estratégia Europeia para a Solidariedade e o Desenvolvimento Sustentável, que rasgue novos horizontes para a Europa, de empregos dignos com direitos, designadamente para as

mulheres e jovens, de redução da jornada de trabalho sem perda de remuneração, de melhores salários, eliminando as discriminações, designadamente salariais, que afectam as mulheres, de maior coesão económica e social, de adequada protecção e de segurança social pública e universal, assegurando melhor qualidade de vida e maior justiça social."

Edite Estrela na sua intervenção diz que "na União Europeia cada mulher tem, em média, 1,5 filhos, um número inferior aos 2,1 filhos necessários para a reposição da população. A situação é grave e vai ter consequências negativas na economia, nos sistemas de segurança social e na própria composição da sociedade. É por isso necessário tomar medidas como as que foram recentemente adoptadas em Portugal...".



http://www.europarl.europa.eu/news/expert/infopress_page/047-21954-049-02-08-908-20080221IPR21951-18-02-2008-2008-false/default_pt.htm

Relatório sobre o quarto relatório sobre a coesão económica e social

O Parlamento Europeu (PE) congratula-se pela "recuperação considerável registada nos antigos países da coesão" – Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda – "cuja taxa de crescimento foi, de facto, impressionante no período de 2000-2006". Os eurodeputados recordam que "não obstante o seu crescimento, persistem importantes desequilíbrios entre as suas regiões e problemas estruturais profundos por solucionar".

Os eurodeputados exprimem a sua preocupação pelo facto de "a convergência entre os países encobrir muito frequentemente o agravamento das disparidades entre as regiões e no interior destas". Este agravamento das disparidades regionais e locais "é observável em vários aspectos, em termos de emprego, de produtividade, de rendimentos, de níveis de educação e de capacidade de inovação".

O PE reclama que a Estratégia de Lisboa seja "ampliada" de forma a abranger a dimensão territorial, "permitindo assim que se tenham em consideração as características específicas das regiões", e reitera o seu forte apoio à "Iniciativa europeia em matéria de transparência"

lançada pela Comissão, que identificará os beneficiários de financiamentos estruturais a partir de 2008.

Acolhe favoravelmente o actual relatório, mais detalhado do que os precedentes, mas lamenta, a falta de informações cruzadas e de dados comparáveis de diferentes níveis NUTS, que permitam apurar melhor a sustentabilidade do crescimento e da convergência. O PE solicita melhores ferramentas estatísticas – como os novos indicadores (além do PIB *per capita*) que foram empregues com êxito no quarto relatório sobre a coesão – que possibilitem uma medição mais rigorosa do grau de coesão económica, social e territorial no terreno, bem como do contributo concreto das acções locais para a política de coesão.

O PE convida a Comissão a analisar, nos seus próximos relatórios, em que medida os diversos instrumentos e políticas, nomeadamente a política de coesão, têm contribuído para os progressos realizados no domínio da coesão económica e social, entendendo que as realizações e os problemas devem ser analisados em todos os domínios importantes, em particular o da Estratégia de Lisboa.



<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//NONSGML+REPORT+A6-2008-0023+0+DOC+PDF+V0//PT>

A opinião pública na União Europeia

O Eurobarómetro 68, realizado no Outono de 2007, faz a análise semestral da opinião pública europeia relativamente às áreas económica, política e social. Relativamente à opinião pública portuguesa:

- Do ponto de vista da economia, 89 % dos portugueses consideram que a situação do país é má;
- No domínio do emprego, Portugal é o país da UE onde os inquiridos mais consideram que a situação é má (94%);
- Apenas 14 % dos inquiridos em Portugal consideram que a situação do bem-estar social no país é boa, comparado com 46% no conjunto da UE-27;
- 60% dos inquiridos consideram-se insatisfeitos com o funcionamento da democracia em Portugal;
- A maioria dos portugueses (55%) está satisfeita com a sua vida em geral;
- A maioria dos portugueses (54%) considera que o desemprego é a questão mais importante, opinião partilhada por apenas 27 % no conjunto da UE-27;
- 16% dos portugueses considera que a situação económica nacional vai melhorar nos próximos doze meses;
- Os portugueses possuem uma imagem maioritariamente positiva da União (56%), acima da média europeia;
- Em 2007 houve uma recuperação do apoio afectivo dos portugueses ao projecto europeu (57%);
- A maioria dos portugueses (e dos europeus) considera que os cidadãos dos países da UE não têm voz no processo de integração europeia.



http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb68/eb68_en.htm

EAPN

Resposta da EAPN à consulta da Comissão sobre inclusão activa

A Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN), na sua resposta à consulta da Comissão sobre a Inclusão Activa, que terminou no dia 28 de Fevereiro, pede aos Estados Membros da UE que adoptem, sob os auspícios da Presidência Francesa, princípios em matéria de inclusão activa, que respeitem a integridade do pacote da inclusão activa e que reconheçam que um rendimento adequado e o acesso a serviços de qualidade são um pré-requisito para um emprego de qualidade e para a integração social.

“A consulta da Comissão sobre a Inclusão Activa respondeu às principais observações e exigências da EAPN, tais como a necessidade de uma abordagem integrada na luta contra a pobreza, o facto de o emprego não ser a única solução para se sair da pobreza e a necessidade de se adequar os esquemas do rendimento mínimo”, declarou o director da EAPN, Fintan Farrell. *“No entanto, a EAPN está preocupada com o facto de que a abordagem da inclusão activa não seja implementada de forma consistente e que o “trabalho a todo o custo” – que acreditamos ser uma tendência*

dominante na UE – possa destabilizar a abordagem que é preconizada na comunicação da Comissão.”

“O acesso a serviços de qualidade e a um rendimento adequado são um pré-requisito para a integração social e para um emprego de qualidade”, acrescentou Fintan Farrell. *“A não ser que tal seja reconhecido, e apesar das palavras simpáticas veiculadas na comunicação, as pessoas em situação de pobreza continuarão a ser forçadas a aceitar qualquer emprego disponível independentemente da sua qualidade ou das suas situações pessoais”,* disse ainda Farrell.

A EAPN recomenda também que a implementação dos princípios da Inclusão Activa seja efectuada através de um Método Aberto de Cooperação mais forte, de uma maior consistência entre os processos que têm impacto sobre a inclusão activa, e do apoio de instrumentos financeiros. Pede também à UE que assegure a participação qualitativa das organizações anti-pobreza e das pessoas em situação de pobreza, no âmbito de um processo dinâmico contínuo.



A resposta da EAPN na integra em (brevemente em português na página de internet da REAPN)

http://www.eapn.org/code/en/news_detail.asp?pk_id_content=3295

Divulgação e pedidos de informação

Para a divulgação e solicitação de documentação (todos os documentos mencionados no boletim estão disponíveis no GI) contactar:

Gabinete de Informação da REAPN

Tel: 225 420 802

Fax: 225 403 250

Site: www.reapn.org

E-mail: angelina.lopes@reapn.org